

Quando a Escola Esvazia: Evasão Escolar e o Custo Social-Econômico do Presente

Maria de Jesus Campos Mendonça
Instituto Europeu de Estudos Superiores

Maria da Ascensão Brito de Britto
Instituto Europeu de Estudos Superiores

Ariadina Mendonça Pereira
Instituto Lusófono de Educação Superior

Vanir Alves de Souza
Instituto Europeu de Estudos Superiores

Resumo: A evasão escolar, entendida como interrupção do percurso educativo antes da conclusão de uma etapa, não se reduz a decisão individual: vincula-se a desigualdades históricas, a práticas institucionais e a condições de vida que tensionam o direito à escolarização contínua (Abramovay; Castro, 2003). No período pandêmico, rupturas de rotina e assimetrias de infraestrutura entre redes e territórios aumentaram riscos de abandono, sobretudo entre estudantes pobres e moradores de periferias (Artes, 2023; Fundação Carlos Chagas, 2023). O artigo objetiva analisar, por revisão bibliográfica qualitativa, os reflexos da evasão no desenvolvimento social e econômico da sociedade contemporânea, com ênfase no Brasil. A justificativa ancora-se no efeito em cadeia do abandono sobre trabalho e renda, formação cidadã e custos coletivos para políticas públicas (Neri, 2009; Castro, 2019). A pergunta da pesquisa indaga: de que modo a evasão escolar repercute em processos de desenvolvimento social e econômico e quais diretrizes de enfrentamento a literatura explicita? Metodologicamente, realizou-se pesquisa bibliográfica, com seleção de obras clássicas e estudos recentes sobre determinantes, impactos e políticas de permanência, sintetizados por análise temática (Gil, 1991). Os resultados apontam caráter multicausal do fenômeno, destacando trabalho precoce, vulnerabilidade socioeconômica, clima escolar e fragilidades do apoio pedagógico, além de impactos sobre produtividade, mobilidade social e coesão comunitária (Barros; Mendonça, 2009; Gomes, L. R., 2005). Conclui-se que a redução da evasão requer estratégias intersetoriais, combinando ações escolares de acolhimento e aprendizagem com proteção social e monitoramento público de fluxos, evitando respostas simplificadoras que prometem “inovação” sem enfrentar desigualdades (Balzan, 1989; Inep, 2017).

Palavras-chave: Evasão Escolar; Desigualdades Educacionais; Desenvolvimento Socioeconômico.



Recebido em: setembro. 2025. Aceito em: dezembro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.751

Ciência e Tempo Histórico: Tramas do Agora

Janeiro, 2026, v. 3, n. 34

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Cuando la Escuela se Vacía: Abandono Escolar y el Coste Socioeconómico del Presente

Resumen: El abandono escolar, entendido como la interrupción del camino educativo antes de la conclusión de una etapa, no se reduce a la decisión individual: está vinculado a desigualdades históricas, prácticas institucionales y condiciones de vida que dificultan el derecho a la escolarización continua (Abramovay; Castro, 2003). Durante el periodo pandémico, las interrupciones rutinarias y las asimetrías de infraestructuras entre redes y territorios aumentaron el riesgo de abandono escolar, especialmente entre estudiantes pobres y residentes de periferias (Artes, 2023; Fundación Carlos Chagas, 2023). El artículo pretende analizar, mediante una revisión cualitativa de la literatura, los efectos del abandono escolar en el desarrollo social y económico de la sociedad contemporánea, con énfasis en Brasil. La justificación se basa en el efecto en cadena del abandono escolar sobre el trabajo y los ingresos, la educación ciudadana y los costes colectivos de las políticas públicas (Neri, 2009; Castro, 2019). La pregunta de investigación es: ¿cómo tiene la deserción escolar repercusiones en los procesos de desarrollo social y económico y qué directrices para afrontar las cosas explícitas la literatura? Metodológicamente, se llevó a cabo una investigación bibliográfica, con una selección de obras clásicas y estudios recientes sobre determinantes, impactos y políticas de permanencia, sintetizados mediante análisis temático (Gil, 1991). Los resultados apuntan a la naturaleza multicausal del fenómeno, destacando el trabajo temprano, la vulnerabilidad socioeconómica, el clima escolar y las debilidades del apoyo pedagógico, además de impactos en la productividad, la movilidad social y la cohesión comunitaria (Barros; Mendonça, 2009; Gomes, L. R., 2005). Se concluye que la reducción del abandono escolar requiere estrategias intersectoriales, combinando acciones escolares de recepción y aprendizaje con protección social y seguimiento público de los flujos, evitando respuestas simplificadas que prometan "innovación" sin enfrentarse a desigualdades (Balzan, 1989; Inep, 2017).

Palabras clave: Abandono Escolar; Desigualdades Educativas; Desarrollo Socioeconómico.

When the School Empties: School Dropout and the Social-Economic Cost of the Present

Abstract: School dropout, understood as the interruption of the educational path before the conclusion of a stage, is not reduced to individual decision: it is linked to historical inequalities, institutional practices and living conditions that hinder the right to continuous schooling (Abramovay; Castro, 2003). During the pandemic period, routine interruptions and infrastructure asymmetries between networks and territories increased the risk of dropping out of school, especially among poor students and residents of peripheries (Artes, 2023; Carlos Chagas Foundation, 2023). The article aims to analyze, through a qualitative review of the literature, the effects of school dropout on the social and economic development of contemporary society, with emphasis on Brazil. The justification is based on the knock-on effect of school dropout on work and income, citizenship education, and the collective costs of public policies (Neri, 2009; Castro, 2019). The research question is: how does school dropout have repercussions on the processes of social and economic development and what guidelines do the literature have to deal with explicit things? Methodologically, a bibliographic research was carried out, with a selection of classic works and recent studies on determinants, impacts and permanence policies, synthesized through thematic analysis (Gil, 1991). The results point to the multi-causal nature of the phenomenon, highlighting early work, socioeconomic vulnerability, school climate and weaknesses in pedagogical support, as well as impacts on productivity, social mobility and community cohesion (Barros; Mendonça, 2009; Gomes, L. R., 2005). It is concluded that the reduction of school dropout requires intersectoral strategies, combining school reception and learning actions with social protection and public monitoring of flows, avoiding simplified responses that promise "innovation" without facing inequalities (Balzan, 1989; Inep, 2017).

Keywords: School Dropout; Educational Inequalities; Socio-Economic Development.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate sobre qualidade educacional passou a incorporar, com maior nitidez, o problema da permanência, uma vez que a ampliação do acesso não garante, por si, trajetórias escolares concluídas. No plano conceitual, parte da literatura distingue abandono, associado à interrupção temporária da matrícula, e evasão, vinculada ao desligamento do sistema ou à saída prolongada, ainda que as fronteiras empíricas nem sempre se apresentem nítidas (Abramovay; Castro, 2003).

Ao retirar estudantes do processo formativo, o fenômeno reorganiza oportunidades e expectativas de vida e sinaliza tensões entre escola, família, trabalho e políticas sociais. Em sociedades marcadas por desigualdades, o abandono incide com maior intensidade sobre grupos historicamente vulnerabilizados, convertendo-se em mecanismo de reprodução social, e não em episódio pontual da biografia escolar (Freitag, 1980; Gomes, 1994).

A contemporaneidade adiciona camadas ao problema. A intensificação de crises econômicas, a precarização do trabalho e a circulação de discursos utilitaristas sobre o valor do diploma tensionam escolhas juvenis. A pandemia de Covid-19, ao deslocar rotinas para modelos remotos e híbridos, expôs limites de conectividade, infraestrutura e suporte pedagógico, ampliando assimetrias entre redes e territórios (Artes, 2023; Fundação Carlos Chagas, 2023).

Ao mesmo tempo, narrativas de “inovação” costumam prometer atalhos tecnológicos, como se a permanência derivasse apenas de ferramentas. Balzan (1989) problematiza esse horizonte ao criticar asserções que naturalizam a inovação como panaceia e silenciam condições materiais e pedagógicas da aprendizagem. No retorno presencial, defasagens de aprendizagem e vínculos fragilizados ampliaram a probabilidade de desengajamento, sobretudo em territórios com menor apoio institucional (Fundação Carlos Chagas, 2023).

A justificativa do estudo decorre do custo social e econômico associado à evasão. A literatura sugere que a saída precoce da escola reduz a renda futura e limita credenciais para ocupações com maior estabilidade, ampliando vulnerabilidades e a exposição a trabalhos de baixa proteção, sobretudo quando a necessidade imediata de renda se combina ao trabalho precoce (Neri, 2009;

Gomes, L. R., 2005). Em escala coletiva, tais trajetórias impactam produtividade e desigualdade de rendimentos e pressionam políticas de assistência, saúde e segurança, configurando problema público que demanda leitura intersetorial (Castro, 2019; Costa; Fernandes, 2021). Estudos sobre o ensino médio indicam concentração do fenômeno em etapas críticas do fluxo escolar (Barros; Mendonça, 2009).

Diante desse quadro, o objetivo geral consiste em analisar os reflexos da evasão escolar no desenvolvimento social e econômico da sociedade contemporânea, com ênfase na realidade brasileira, por meio de revisão bibliográfica qualitativa (Gil, 1991). Como objetivos específicos, busca-se:

(i) discutir determinantes e dinâmicas do abandono e da evasão, enfatizando desigualdades e o contexto pandêmico, bem como a interação entre fatores intraescolares e extraescolares (Artes, 2023; Abramovay; Castro, 2003);

(ii) examinar implicações sociais e econômicas para indivíduos e coletividade, articulando escolarização, trabalho, renda e exercício da cidadania, à luz de abordagens sociológicas da educação (Freitag, 1980; Gomes, 1994); e

(iii) sistematizar diretrizes de enfrentamento, ancoradas no direito à educação e em políticas de proteção social e permanência, considerando obrigações estatais e corresponsabilidades sociais (Brasil, 1988; Graciano, 2005).

A pergunta da pesquisa interroga: de que modo a evasão escolar repercute nos processos de desenvolvimento social e econômico e quais respostas a literatura oferece para preveni-la e mitigá-la? O texto organiza-se em três seções analíticas, alinhadas aos objetivos específicos. A Seção 2, “Evasão escolar, desigualdades e a escola que expulsa: determinantes em disputa”, discute causas, conceitos e contextos, incluindo tensões do pós-pandemia (Artes, 2023). A Seção 3, “Do abandono ao ciclo de vulnerabilidade: impactos sociais e econômicos”, examina efeitos sobre trabalho, renda e cidadania (Neri, 2009). A Seção 4, “Do direito à permanência às políticas de proteção: caminhos de enfrentamento”, sistematiza diretrizes de ação pública e intersetorial (Brasil, 1988; Inep, 2017).

EVASÃO ESCOLAR, DESIGUALDADES E A ESCOLA QUE EXPULSA: DETERMINANTES EM DISPUTA

A literatura brasileira descreve a evasão escolar como fenômeno multicausal, no qual se entrelaçam condições socioeconômicas, trajetórias familiares, expectativas juvenis e dinâmicas institucionais da própria escola. Abramovay e Castro (2003) observam que o abandono não surge como “falta de vontade”, mas como resultado de processos de exclusão cotidiana, nos quais a permanência exige recursos materiais e simbólicos desigualmente distribuídos.

Essa leitura desloca a interpretação moralizante do “aluno desistente” para a análise das condições que produzem desistências. Em termos práticos, a evasão costuma combinar pressões externas - renda, cuidados domésticos, mobilidade urbana - com fatores internos, como reprovação reiterada, currículo pouco significativo e relações pedagógicas marcadas por baixa expectativa (Barros; Mendonça, 2009).

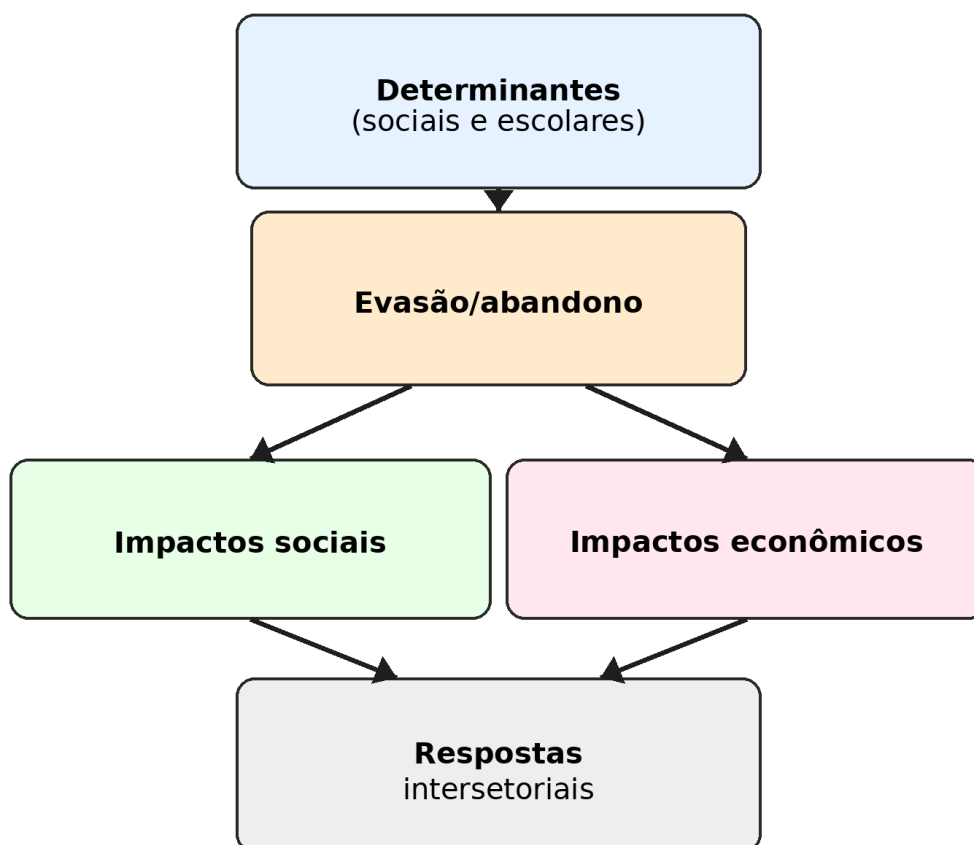
No caso brasileiro, o ensino médio frequentemente aparece como etapa de maior vulnerabilidade no fluxo, tanto pela transição entre infância e juventude quanto pela intensificação de demandas de trabalho e renda. Barros e Mendonça (2009) registram magnitudes e tendências que sugerem concentração da evasão em séries finais, onde o custo de oportunidade de permanecer na escola tende a crescer, especialmente em contextos de pobreza.

A pandemia de Covid-19 ampliou tais tensões. Artes (2023), ao analisar o abandono no contexto pandêmico, destaca a persistência de desigualdades educacionais e a assimetria de meios para sustentar o vínculo escolar em ensino remoto. A Fundação Carlos Chagas (2023) também evidencia que conectividade limitada, ausência de equipamentos e sobrecarga familiar reduziram a capacidade de acompanhar atividades e de manter rotina de estudos.

Nessas condições, o “distanciamento” não se restringiu ao espaço físico: vínculos pedagógicos foram corroídos, e a escola perdeu, para muitos estudantes, o estatuto de lugar possível de reconhecimento. Ao retornar ao presencial, defasagens acumuladas e experiências de fracasso podem ter alimentado o ciclo de desengajamento, sobretudo quando o apoio institucional se mostrou insuficiente (Artes, 2023; Fundação Carlos Chagas, 2023).

Há, ainda, a dimensão do trabalho. A literatura aponta que o ingresso precoce no mercado, muitas vezes informal, atua como força centrífuga, deslocando tempo e energia da escolarização para a sobrevivência cotidiana. Neri (2009) mostra como a necessidade de renda e a oportunidade de emprego se combinam, tornando a evasão mais provável em famílias com baixa proteção social.

Figura 1. Modelo lógico dos reflexos da evasão escolar



Fonte: Elaborado para este estudo (2025).

Ao lado de fatores estruturais, pesquisas de recorte escolar demonstram que a permanência depende de experiências cotidianas de aprendizagem e pertencimento. Batista, Souza e Oliveira (2011), em estudo de caso no ensino médio, identificam que conflitos de convivência, dificuldades de compreensão dos conteúdos e percepções de distanciamento entre professores e estudantes podem desencadear abandono, sobretudo quando se somam a reprovações e a rotinas escolares pouco acolhedoras.

Entretanto, a escola parece ter recebido como função, posta por uma sociedade capitalista, a qual apresenta na sua estrutura, uma ideologia de desigualdade: a de reclassificar os alunos de diferentes classes sociais, tendo como critério suas motivações e potencialidades inatas. Essa função não é explicitada, porém ao discutir o fenômeno do fracasso escolar, uma das primeiras explicações que surge, está relacionada à origem social do educando. (Batista; Souza; Oliveira, 2009, p. 3)

Essas evidências sugerem que “causas” não se alinham como lista neutra, mas como rede de relações. O mapeamento divulgado por Barbosa (2017) reúne elementos recorrentes - gravidez na adolescência, violência, drogas, trabalho, deslocamento e falta de sentido da escola - que, embora apresentados em linguagem jornalística, dialogam com achados acadêmicos ao revelar a convergência entre vulnerabilidade social e barreiras institucionais.

No interior da escola, a reprovação reiterada funciona como mecanismo de expulsão lenta: o estudante permanece matriculado, mas acumula fracassos, atrasos e estigmas. Abramovay e Castro (2003) assinalam que a repetência pode enfraquecer a autoimagem e a relação com o futuro, rebaixando expectativas e produzindo o que se poderia chamar de “desfiliação escolar” antes do ato formal de abandonar.

A gestão escolar também importa. Quando a escola opera com comunicação precária com famílias e baixa capacidade de identificar ausências iniciais, o problema amadurece até ganhar caráter irreversível. Barros e Mendonça (2009) sugerem que políticas de monitoramento e resposta rápida, combinadas a apoio pedagógico, tendem a reduzir risco de evasão, particularmente em escolas com maior incidência de vulnerabilidade.

Nesse ponto, convém problematizar o imaginário da “inovação” como solução automática. Balzan (1989), ao discutir asserções inaceitáveis sobre inovação educacional, alerta para discursos que confundem novidade com melhoria e substituem análise de condições por slogans. Em matéria de permanência, a adoção de tecnologias ou projetos pontuais pode produzir efeitos limitados se não vier acompanhada de estratégias de aprendizagem, vínculo e redução de desigualdades.

A crítica não implica recusar inovação, mas enquadrá-la como mediação, e não como motor único. Artes (2023) indica que, durante a pandemia, escolas

com maior capacidade de articulação comunitária e suporte docente sustentaram melhor o contato com estudantes, sugerindo que o componente relacional da escolarização funciona como proteção contra abandono.

A análise dos determinantes, portanto, requer olhar simultâneo para macrocondições e microprocessos. No plano macro, pobreza, insegurança alimentar e trabalho informal ampliam custo de oportunidade de estudar (Neri, 2009). No plano micro, práticas avaliativas punitivas, currículo descontextualizado e clima de desrespeito corroem o sentido da escola (Batista; Souza; Oliveira, 2011).

Essa combinação produz uma escola que, muitas vezes sem intenção explícita, “expulsa” por meio de rotinas. Quando a instituição não reconhece trajetórias diversas, nem oferece apoios pedagógicos diferenciados, o fracasso se acumula e a evasão surge como saída pragmática. Abramovay e Castro (2003) enfatizam que a prevenção deve começar antes do abandono, acompanhando sinais de distanciamento e reorganizando práticas.

Em síntese interpretativa, o fenômeno pode ser lido como indicador de desigualdade educacional e, simultaneamente, como produtor de desigualdade futura. A Fundação Carlos Chagas (2023) mostra que crises ampliam vulnerabilidades, mas também evidenciam capacidade de resposta das redes, sugerindo que políticas de permanência precisam combinar apoio material, acompanhamento pedagógico e gestão de vínculos.

Ao encerrar a discussão dos determinantes, retoma-se a ideia de que evasão não se “resolve” com uma única chave. A literatura revisada converge para a necessidade de arranjos integrados, nos quais escola, políticas sociais e território compartilham a responsabilidade de sustentar trajetórias escolares completas (Barros; Mendonça, 2009; Balzan, 1989).

DO ABANDONO AO CICLO DE VULNERABILIDADE: IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

Se a seção anterior evidenciou determinantes, convém agora seguir a trilha das consequências. No campo da sociologia da educação, a escolarização não se restringe a transmissão de conteúdos: opera como instância de

socialização, de construção de pertencimento e de produção de credenciais que estruturam oportunidades ocupacionais (Gomes, 1994; Freitag, 1980). Quando a evasão interrompe esse processo, o efeito atinge tanto o indivíduo quanto a coletividade.

No plano econômico, a literatura associa a escolaridade concluída a melhores probabilidades de inserção em ocupações formais e a rendimentos mais altos ao longo da vida, de modo que abandonar precocemente rebaixa o repertório de possibilidades, especialmente em economias com alto grau de informalidade. Neri (2009) relaciona a evasão à combinação entre carência de renda e oportunidade de trabalho, indicando que o custo imediato de permanecer na escola pode superar, para famílias vulneráveis, o benefício futuro do diploma.

A consequência não se limita ao “salário individual”: a saída precoce diminui produtividade agregada, restringe capacidade de inovação e aprofunda desigualdades regionais. Ferreira (2020) argumenta que a evasão impacta o desenvolvimento ao reduzir o estoque de qualificação socialmente disponível, criando gargalos para setores que demandam competências técnicas e letramento ampliado.

Do ponto de vista social, o abandono tende a intensificar vulnerabilidades e a exposição a circuitos de violência e exploração. Costa e Fernandes (2021), ao discutirem implicações sociais da evasão em periferias urbanas, sublinham que trajetórias interrompidas frequentemente se articulam a redes de precariedade, nas quais trabalho informal, deslocamentos longos e insegurança territorial desestabilizam projetos de futuro.

A evasão também incide sobre a dimensão simbólica do reconhecimento. Ao perder o vínculo com a escola, muitos jovens perdem, simultaneamente, acesso a serviços, a mediações adultas e a espaços de convivência que organizam rotinas e expectativas. Freitag (1980) descreve como escola e Estado se imbricam na produção de cidadania, de modo que a exclusão educacional tende a se converter em exclusão social mais ampla.

No interior desse quadro, o trabalho precoce figura como engrenagem decisiva. Gomes, L. R. (2005) discute impactos do trabalho de crianças e adolescentes sobre a escolarização e a formação profissional, ressaltando que a entrada antecipada em ocupações de baixa qualificação pode cristalizar

trajetórias de baixa renda. A evasão, nesse sentido, não apenas resulta do trabalho: retroalimenta o ciclo que naturaliza a precariedade.

Há também consequências para a saúde e para a proteção social. Quando a escola deixa de funcionar como lugar de observação e encaminhamento, sinais de sofrimento, violência doméstica e insegurança alimentar podem permanecer invisíveis, aumentando a demanda tardia por serviços públicos. Embora a literatura varie nos recortes, há consenso em tratar a evasão como fenômeno que transborda a política educacional, exigindo articulação com assistência e saúde (Castro, 2019; Ferreira, 2020).

A relação com a democracia merece atenção. Freire (1996) compreende a educação como prática de liberdade, na qual o sujeito se constitui pela reflexão crítica e pela participação. Abandonar a escola tende a reduzir oportunidades de letramento político e de acesso a repertórios de debate público, o que pode favorecer formas de vulnerabilidade informacional e de baixa participação cívica.

No plano jurídico-político, o impacto da evasão tensiona o cumprimento do direito à educação. A Constituição Federal estabelece dever estatal de garantir acesso e permanência, articulando educação a cidadania e dignidade (Brasil, 1988). Assim, quando a evasão se torna padrão em determinados territórios, o problema ultrapassa a “gestão escolar” e passa a interpelar políticas públicas de redistribuição e de proteção social.

O pós-pandemia reforçou essa urgência. A Fundação Carlos Chagas (2023) destaca que as perdas de aprendizagem e aumentos de desigualdade de acesso a recursos educacionais elevaram o risco de trajetórias interrompidas. Essa dinâmica pode ampliar o hiato entre grupos sociais, produzindo desigualdade não apenas de renda, mas de capacidade de compreender e disputar oportunidades em um mundo cada vez mais mediado por informação.

Além disso, efeitos econômicos reverberam no tempo. Famílias com baixa escolaridade tendem a acumular menos capital cultural e menos capacidade de apoiar percursos escolares, alimentando padrões intergeracionais. Gomes (1994) aponta que a escola opera como espaço de mobilidade, mas também de seleção; quando o percurso se interrompe, a seleção se torna mais dura e os mecanismos de reprodução social se intensificam.

A evasão também produz custos diretos para o sistema educacional. Reprovação, abandono e reingresso ampliam desperdício de recursos, uma vez que o Estado investe em matrículas que não se convertem em conclusão. Embora o artigo não realize modelagens econômicas, a literatura revisada converge para a ideia de que prevenir a evasão custaria menos do que remediar seus efeitos em políticas de compensação (Ferreira, 2020; Castro, 2019).

Outro efeito recai sobre a coesão social. A escola funciona como espaço de encontro entre diferenças, onde se aprendem regras de convivência e de reconhecimento mútuo. Quando parte significativa da juventude se afasta, a cidade tende a se segmentar ainda mais, e a socialização passa a ocorrer em ambientes com menor proteção institucional (Costa; Fernandes, 2021).

Esse conjunto de impactos ajuda a compreender por que a evasão se conecta ao desenvolvimento. Desenvolvimento não se mede apenas por crescimento econômico, mas por capacidade de ampliar liberdades, reduzir desigualdades e sustentar participação social. Ao interromper trajetórias, a evasão limita liberdades substantivas e estreita a base de competências necessárias para a vida pública e para o trabalho qualificado (Freire, 1996; Gomes, 1994).

Dessa forma, a evasão aparece como indicador de falha de políticas de permanência e, simultaneamente, como mecanismo que produz novos obstáculos para a própria política pública, pois fragiliza o tecido social que sustenta demandas por educação. Trata-se de círculo vicioso: quanto mais abandono, menor confiança na escola; quanto menor confiança, maior probabilidade de abandono (Freitag, 1980; Ferreira, 2020).

Ao concluir esta seção, reforça-se que os efeitos da evasão operam em camadas - renda, proteção social, cidadania e coesão - e se acumulam ao longo do ciclo de vida. A próxima seção desloca o foco para estratégias de enfrentamento, a partir do direito à educação e de políticas intersetoriais de proteção e permanência (Brasil, 1988; Inep, 2017).

DO DIREITO À PERMANÊNCIA ÀS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO: CAMINHOS DE ENFRENTAMENTO

Enfrentar a evasão implica assumir que o direito à educação não se esgota no acesso. Graciano (2005) argumenta que a educação integra o conjunto de direitos fundamentais e demanda condições materiais de realização, o que inclui permanência, aprendizagem e proteção contra discriminações. Nesse horizonte, a evasão passa a ser lida como violação de direito e como indicador de insuficiência de políticas públicas.

A produção histórica sobre educação no Brasil, ao recuperar disputas por democratização, ajuda a localizar por que permanência se tornou eixo central. Haddad et al. (2011) indicam que avanços de matrícula conviveram com desigualdades persistentes, o que desloca o debate para mecanismos de garantia de trajetórias completas, com atenção a grupos sociais e territórios historicamente marginalizados.

Uma primeira família de estratégias concentra-se no monitoramento do fluxo escolar e na intervenção precoce. O Inep (2017) divulgou dados de evasão a partir do Censo Escolar, indicando, por exemplo, taxas elevadas na 1ª e 2ª séries do ensino médio entre 2014 e 2015. A utilidade pública desse tipo de informação reside em permitir que redes identifiquem séries críticas, comparem territórios e organizem respostas antes que a ausência se converta em abandono prolongado.

Johann (2012), ao estudar evasão em instituição federal, reforça a relevância de diagnósticos situados: a evasão assume perfis distintos conforme curso, turno, exigências curriculares e características do público. A pesquisa aponta que combinar dados administrativos com escuta qualificada de estudantes amplia a capacidade de compreender razões e de desenhar medidas de permanência adaptadas ao contexto.

Uma segunda família de estratégias envolve apoio pedagógico e reorganização de práticas escolares. Patto (1997) problematiza a produção social do “fracasso escolar”, mostrando como a instituição tende a responsabilizar o estudante e sua família, ao invés de revisar rotinas avaliativas, expectativas e condições de ensino. Sob essa lente, prevenir evasão exige

reorientar a escola para práticas de aprendizagem que reduzam repetência e valorizem trajetórias diversas.

No plano concreto, isso inclui: recuperação contínua, tutoria, reorganização de tempos e currículo para reduzir descompassos, e fortalecimento do vínculo com professores. Embora o artigo não apresente um programa operacional, a literatura sugere que intervenções eficazes combinam monitoramento de presença com ações pedagógicas que devolvam sentido à escolarização, evitando que a ausência se transforme em estigma (Patto, 1997).

Uma terceira família de estratégias opera fora da escola, mas em diálogo com ela: políticas de proteção social. Neri (2009) destaca que a evasão cresce quando oportunidade de trabalho se combina com carência de renda, indicando que transferências, benefícios e políticas de redução de pobreza podem funcionar como proteção indireta à permanência. A lógica consiste em reduzir o custo de oportunidade de estudar, sobretudo em famílias em situação de insegurança econômica.

O enfrentamento do trabalho infantil integra esse conjunto. Gomes, M. (2005) descreve consequências do trabalho precoce para escolarização e formação, destacando que a inserção antecipada tende a cristalizar ocupações de baixa qualificação. Gomes P. S. (2005) ressalta que combater trabalho infantil envolve fiscalização, proteção social e sensibilização comunitária, com a escola como ponto de identificação e encaminhamento.

Nessa direção, Gomes P. S. (2005) discute conquistas e desafios no combate ao trabalho infantil, mostrando que políticas intersetoriais demandam coordenação entre educação, assistência social, saúde e sistema de justiça. Para a permanência escolar, isso significa tratar a evasão como sintoma de vulnerabilidade e não como problema exclusivo da gestão escolar, o que exige fluxos de encaminhamento e corresponsabilização institucional.

Ao lado de políticas de renda e proteção, convém considerar a dimensão dos direitos. Graciano (2005) sustenta que efetivar o direito à educação requer mecanismos de exigibilidade e participação social, de modo que conselhos, controle social e transparência de indicadores contribuam para pressionar governos por respostas. Quando a evasão se naturaliza, a sociedade perde capacidade de reconhecer a violação e de mobilizar políticas.

Outra dimensão estratégica envolve comunicação e pertencimento no território. Haddad et al. (2011) apontam que histórias de democratização educacional no Brasil se articulam a movimentos sociais e a participação comunitária. Projetos de busca ativa, articulação com famílias e criação de redes de apoio local podem, portanto, reforçar o vínculo escolar, especialmente em contextos de violência e pobreza.

A discussão dos determinantes econômicos também sugere intervenções em nível de escola e sistema. Shirasu e Arraes (2015), ao analisarem determinantes de evasão e repetência no ensino médio, indicam que fatores do aluno e da escola operam conjuntamente, o que reforça a necessidade de políticas que incidam sobre infraestrutura, qualidade do ensino e apoio ao estudante, evitando respostas centradas apenas no “esforço individual”.

Nesse ponto, a articulação entre prevenção e recomposição de trajetórias ganha centralidade. Dados do Inep (2017) mostram que o fluxo escolar apresenta gargalos específicos; enfrentar evasão, portanto, envolve planejar transições entre etapas, apoiar estudantes em séries críticas e reduzir a repetência. A combinação de análise de dados com políticas pedagógicas pode diminuir a probabilidade de abandono, ao tornar a escola mais previsível e protetiva.

Convém, por fim, reconhecer o risco de soluções fragmentadas. Patto (1997) alerta que atribuir fracasso a deficiências do aluno sustenta políticas superficiais, que “consertam” indivíduos sem rever práticas. Do mesmo modo, programas que atuam apenas no plano econômico podem reduzir pressão imediata, mas não garantem aprendizagem e pertencimento. A literatura revisada sugere que a eficácia depende do acoplamento entre proteção social e qualidade do trabalho pedagógico (Neri, 2009; Patto, 1997).

Com base nesse percurso, torna-se possível afirmar que estratégias de enfrentamento precisam operar em três camadas: dados e monitoramento de fluxo, reorganização pedagógica e políticas de proteção social, incluindo combate ao trabalho infantil. O direito à permanência demanda intersetorialidade, transparência e compromisso público com trajetórias completas, sob pena de a evasão continuar produzindo custos sociais e econômicos cumulativos (Graciano, 2005; Inep, 2017).

METODOLOGIA

A pesquisa adotou delineamento qualitativo de natureza bibliográfica, por compreender que o problema investigado exige interpretação de construções teóricas e de evidências produzidas por estudos anteriores, em vez de mensuração direta de dados primários. Gil (1991) descreve a pesquisa bibliográfica como procedimento que reúne e analisa produção já publicada, permitindo mapear conceitos, controvérsias e lacunas.

Do ponto de vista epistemológico, o estudo operou com revisão narrativa, adequada quando se busca compreender um fenômeno complexo e multicausal, articulando dimensões educacionais, sociais e econômicas. Severino (2007) assinala que a pesquisa bibliográfica sustenta a construção do objeto ao delimitar categorias e ao justificar recortes, desde que explicita critérios de seleção e leitura.

Quadro 1, Síntese do delineamento e dos procedimentos metodológicos

Etapa	Procedimentos	Operacionalização no estudo	Referências de apoio
Delineamento e natureza	Definição do tipo de pesquisa e da lógica interpretativa	Pesquisa qualitativa, bibliográfica, com revisão narrativa, orientada à compreensão de um fenômeno multicausal e à articulação entre dimensões educacionais, sociais e econômicas	Gil (1991); Severino (2007); Minayo (2012)
Estratégia de busca	Delimitação de descritores e foco temático	Busca orientada por descritores em português: “evasão escolar”, “abandono escolar”, “fluxo escolar”, “desigualdades educacionais” e “trabalho precoce”	Lakatos; Marconi (2003)
Seleção do corpus	Definição de critérios e recortes	Inclusão: textos sobre determinantes, impactos socioeconômicos e políticas de permanência; recorte brasileiro ou alta pertinência ao debate nacional; materiais acadêmicos, relatórios institucionais e documentos oficiais. Exclusão: opinativos sem fundamentação e duplicatas	Lakatos; Marconi (2003)
Leitura e sistematização	Leitura em camadas, com registro de achados	Leitura exploratória → seletiva → analítica, com extração de trechos definicionais, explicativos (determinantes), analíticos (impactos) e propositivos (estratégias)	Severino (2007)
Unidades de registro	Definição do que “conta” como evidência textual	Enunciados que: (i) definem evasão/abandono; (ii) descrevem determinantes; (iii) caracterizam efeitos socioeconômicos; (iv) propõem diretrizes de enfrentamento	Bardin (2011)
Análise e categorização	Organização temática do corpus	Categorização temática inspirada na análise de conteúdo; construção de	Bardin (2011); Minayo (2012)

		categorias por articulação entre referencial e recorrência no corpus	
Categorias finais	Consolidação das frentes analíticas	(a) determinantes e desigualdades; (b) impactos sociais e econômicos; (c) políticas e estratégias intersetoriais	Artes (2023); Fundação Carlos Chagas (2023); Abramovay; Castro (2003)
Validade interpretativa	Redução de vieses e consistência interna	Triangulação por tipos de fonte (produção acadêmica, relatórios institucionais, documentos oficiais) e consistência terminológica (abandono × evasão quando explicitado)	Minayo (2012); Abramovay; Castro (2003)
Ética e fidedignidade	Integridade acadêmica	Ausência de participantes e de dados sensíveis; compromisso com atribuição de autoria e citação autor-data	Gil (1991)

Fonte: Elaborado para este estudo (2025).

A coleta de fontes ocorreu por busca orientada por descritores em português - “evasão escolar”, “abandono escolar”, “fluxo escolar”, “desigualdades educacionais” e “trabalho precoce”. Priorizaram-se obras clássicas para fundamentação sociológica e jurídica, e estudos recentes para captar o contexto pandêmico e pós-pandêmico (Artes, 2023; Fundação Carlos Chagas, 2023).

Como critérios de inclusão, consideraram-se: (i) textos que abordassem causas/determinantes, impactos socioeconômicos ou políticas de permanência; (ii) publicações com recorte brasileiro ou com forte pertinência ao debate nacional; e (iii) materiais acadêmicos, relatórios institucionais e documentos oficiais. Excluíram-se textos opinativos sem fundamentação ou duplicatas, conforme orientação metodológica de sistematização (Lakatos; Marconi, 2003).

A análise do corpus ocorreu por leitura exploratória, seguida de leitura seletiva e analítica. As unidades de registro corresponderam a enunciados que definissem evasão/abandono, descrevessem determinantes, caracterizassem efeitos socioeconômicos ou propusessem diretrizes de enfrentamento. Para organizar a interpretação, utilizou-se categorização temática inspirada na análise de conteúdo (Bardin, 2011).

As categorias finais emergiram por combinação entre referencial teórico e recorrência empírica no corpus: (a) determinantes e desigualdades; (b) impactos sociais e econômicos; (c) políticas e estratégias intersetoriais. Minayo (2012) sustenta que a análise qualitativa, ao trabalhar com sentidos e relações, demanda coerência interna entre objetivos, material e categorias interpretativas.

Quadro 2. Matriz de categorias analíticas e focos de extração do corpus

Categoria	Eixo de leitura	Indicadores no texto (exemplos do que foi marcado)	Produto analítico esperado
(a) Determinantes e desigualdades	Causas/determinantes e condições de vulnerabilidade	Menções a desigualdades educacionais, barreiras de acesso/permanência, trajetórias interrompidas, trabalho precoce, condições sociofamiliares	Mapa crítico dos fatores associados à evasão/abandono
(b) Impactos sociais e econômicos	Consequências para indivíduos e sociedade	Relações com renda, empregabilidade, mobilidade social, desigualdade, custos sociais e efeitos comunitários	Síntese argumentativa dos reflexos socioeconômicos
(c) Políticas e estratégias intersetoriais	Respostas institucionais e caminhos de enfrentamento	Diretrizes e programas, articulação educação–assistência–trabalho, políticas de permanência, recomendações pós-pandemia	Proposição/encaminhamentos coerentes com os achados

Fonte: Elaborado para este estudo (2025).

A validade interpretativa foi buscada por triangulação de tipos de fonte, articulando produção acadêmica, relatórios institucionais e documentos oficiais, de modo a reduzir vieses de um único gênero textual. Também se buscou consistência terminológica, diferenciando “abandono” e “evasão” quando o autor consultado explicitava essa distinção (Abramovay; Castro, 2003).

Por se tratar de estudo bibliográfico, não houve interação com participantes nem coleta de dados sensíveis. Ainda assim, adotou-se compromisso de fidedignidade na atribuição de ideias e de respeito à autoria, utilizando citação autor-data. O procedimento descrito sustenta a síntese crítica e fundamenta as conclusões apresentadas (Gil, 1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou os reflexos da evasão escolar no desenvolvimento social e econômico contemporâneo, tomando como base revisão bibliográfica qualitativa. O objetivo geral foi atendido ao articular determinantes,

consequências e estratégias de enfrentamento, conectando a permanência escolar a processos de desigualdade, proteção social e dinamismo econômico (Gil, 1991; Graciano, 2005).

O primeiro objetivo específico, voltado a discutir determinantes e dinâmicas do abandono, foi respondido na Seção 1, onde se evidenciou a natureza multicausal do fenômeno e sua ancoragem em desigualdades históricas. A análise mostrou como reprovação, desengajamento e vulnerabilidade territorial operam em conjunto, com acentuação no período pandêmico (Abramovay; Castro, 2003; Artes, 2023).

O segundo objetivo específico, referente às implicações sociais e econômicas, foi desenvolvido na Seção 2. Ali se argumentou que a evasão rebaixa oportunidades de renda, restringe mobilidade social e pressiona políticas públicas, compondo custo coletivo que ultrapassa a escola. Também se discutiu que a exclusão educacional fragiliza cidadania e coesão comunitária (Freitag, 1980; Ferreira, 2020).

O terceiro objetivo específico, de sistematizar diretrizes de enfrentamento, foi contemplado na Seção 3 ao reunir contribuições do direito à educação e de políticas intersetoriais. O texto apontou que monitoramento de fluxo, reorganização pedagógica e proteção social precisam operar em acoplamento, e não como ações isoladas (Inep, 2017; Patto, 1997; Neri, 2009).

Quanto à pergunta de pesquisa - como a evasão repercute no desenvolvimento e quais respostas emergem - a revisão indicou duas escalas. Na escala individual, o abandono reduz credenciais e amplia precariedade. Na escala coletiva, limita produtividade e aprofunda desigualdades (Gomes, L. R., 2005; Costa; Fernandes, 2021).

A literatura também evidencia que a evasão não decorre apenas de carência material. Vínculo pedagógico, clima escolar e significação do currículo interferem na permanência, sugerindo que políticas devem reorganizar avaliação e oferecer apoios de aprendizagem, sob pena de manter expulsões silenciosas (Batista; Souza; Oliveira, 2011; Patto, 1997).

O contexto pandêmico operou como lente de aumento de desigualdades, expondo que conectividade e suporte docente condicionam a continuidade do vínculo escolar. A partir desse diagnóstico, políticas futuras precisam combinar

infraestrutura, acompanhamento e governança territorial, evitando respostas que tratem tecnologia como substituto da relação pedagógica (Fundação Carlos Chagas, 2023; Balzan, 1989).

No eixo socioeconômico, enfrentar evasão demanda reduzir o custo de oportunidade de estudar, o que envolve proteção social e regulação do trabalho infantil e juvenil. O combate ao trabalho precoce protege tempo e energia do estudante e amplia condições de conclusão escolar (Gomes P. S., 2005; Gomes, M., 2005).

Como limite, o estudo não realizou estimativas quantitativas de impacto econômico nem comparações regionais sistemáticas, o que abre desdobramentos para pesquisas futuras com dados administrativos, indicadores de renda e modelagens de custo. Ainda assim, a síntese bibliográfica contribui ao organizar evidências e ao tensionar soluções simplificadoras (Shirasu; Arraes, 2015; Ferreira, 2020).

Conclui-se que reduzir evasão amplia liberdades e dinamiza o desenvolvimento, pois trajetórias completas sustentam acesso a trabalho digno e participação social. A agenda pública precisa operacionalizar o direito à permanência por ações intersetoriais e responsabilidade compartilhada, com atenção a territórios vulnerabilizados (Brasil, 1988; Graciano, 2005).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. M. **Evasão e abandono escolar no Brasil: uma análise crítica**. Brasília, DF: IPEA, 2003.

ARTES, A. **Abandono escolar no contexto da pandemia: persistentes desafios no enfrentamento das desigualdades educacionais**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2023.

BALZAN, Newton Cesar. Sete asserções inaceitáveis sobre a inovação educacional. In: GARCIA, Walter E. (Coord.). **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989. p. 264-285.

BARBOSA, D. 14 causas do abandono escolar no Brasil. São Paulo: Politize!, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. Abandono e evasão no ensino médio no Brasil: magnitudes e tendências. In: INSTITUTO UNIBANCO. **A crise de audiência no Ensino Médio**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2009. p. 4-37.

BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. S. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 9, n. 19, p. 70-94, jan./jul. 2011. DOI: 10.31496/rpd.v9i19.229.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTRO, Luciano. O impacto da evasão escolar na sociedade brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 63, p. 65-78, 2019.

COSTA, A. D.; FERNANDES, L. F. Abandono escolar e suas implicações sociais: um estudo na periferia das grandes cidades. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 16, n. 2, p. 59-76, 2021.

FERREIRA, Marcos. **Evasão escolar no Brasil: desafios e estratégias**. São Paulo: Atlas, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Desigualdades educacionais no contexto da pandemia: diagnóstico e proposições para políticas públicas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Candido Alberto. **A educação em perspectiva sociológica**. 3. ed. São Paulo: EPU, 1994.

GOMES, L. R. **O impacto do trabalho precoce na educação e na formação profissional de crianças e adolescentes**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2005.

GOMES, M. **A criança e o trabalho**: consequências para a formação profissional e social. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, P. S. O combate ao trabalho infantil no Brasil: conquistas e desafios. In: VIDOTTI, T. J.; CORRÊA, L. B. (Org.). **Trabalho infantil e direitos humanos**. São Paulo: LTr, 2005.

GRACIANO, M. A. **A educação e os direitos fundamentais**: uma análise da educação no Brasil. São Paulo: UNESP, 2005.

HADDAD, S. et al. **A história da educação no Brasil**: perspectivas e desafios. São Paulo: Loyola, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. Brasília, DF: Inep, 2017.

JOHANN, Cristiane Cabral. Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

NERI, Marcelo Côrtes. **Motivos da evasão escolar**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, Centro de Políticas Sociais, 2009.

PATTO, M. L. M. **A escola e seus fracassos:** evasão e reprovação no ensino básico. São Paulo: Cortez, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. A. Determinantes da evasão e repetência escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 43., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPEC, 2015.